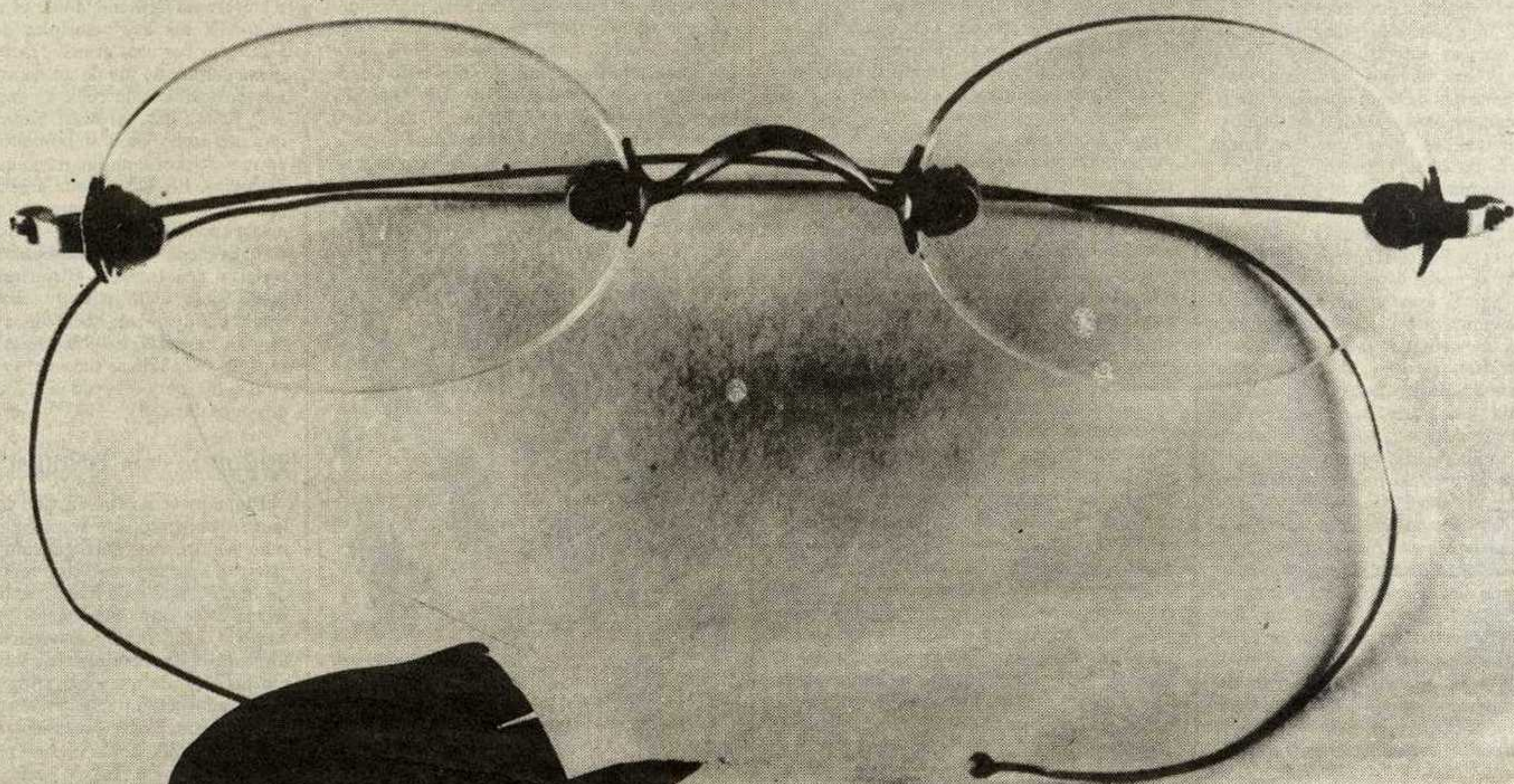




Pessoa visto por Eduardo Lourenço, num ensaio inédito que surgirá em finais do ano integrado num livro com o mesmo título deste artigo, a lançar pela INCM.

Eduardo Lourenço

A memória de Mário Botas

Só na água dos rios e dos lagos ele podia fitar seu rosto. E a postura, mesmo, que tinha de tomar era simbólica. Tinha de se curvar, de se baixar para cometer a ignomínia de se ver.

Livro do Desassossego

Serei sempre da rua dos Douradoures como a humanidade inteira.

id.

Custa-me imaginar que alguém possa um dia falar melhor de Fernando Pessoa que ele mesmo. Pela simples razão de que foi Pessoa quem descobriu o modo de falar de si tomando-se sempre por um outro. E como os deuses lhe concederam um olhar imparcial como a neve, o retrato que nos devolve do fundo do seu próprio espelho brilha no escuro

como uma lâmina. Quando encarnada em figuras que parecem vivas — e ele supunha mais vivas do que ele — essa descoberta de si como outro, convertida em jogo da sua verdade, chamou-se Heteronímia. Talvez nada melhor que esta palavra abstrusa de sua invenção, tornada hoje quase popular, indique a que ponto um dos mais estranhos espíritos do século XX se converteu num mito. Não me vou prestar ao ridículo de esclarecer o que é um mito depois de o mesmo Pessoa ter configurado da sua essência a versão exacta:

O mito é o nada que é tudo.

Em baixo, a vida, metade
De nada, morre.

Mito, vida que não passa na vida que passa — e toda passa —, lenda a escorrer da realidade. Foi para Ulisses, encarnação da primeira viagem iniciática da nossa alma futuramente grega, como ele a sonhava, que o autor de *Mensagem* compôs os versos famosos. Não menos mágica é, para nós, a aventura daquele que era por fora e para os outros, Fernando Pessoa e que por dentro não

Ensaio

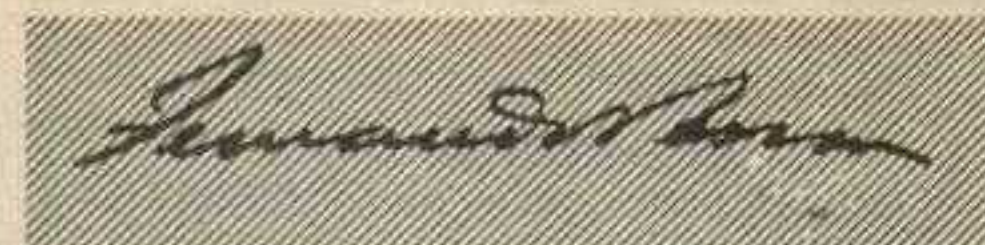
Fernando, rei da nossa Baviera

tinha nome próprio, como todos nós. Só que ele o sabia e nós menos do que ele. Como Ulisses, «sem para si existir nos bastou. Por não ter sido foi vindo e nos criou», tais que já não podemos contemplar o céu da nossa cultura sem o ver a ele no centro, convertido em «mito brilhante e mudo», e irradiando a sua luz enigmática. Há cinquenta anos essa mesma luz era invisível ou obscura. Hoje é mais que visível e, aparentemente, clara. Se há enigma é o da sua universal claridade. Por detrás dela não é difícil descortinar o sorriso de Pessoa, gozando a nós, como escreveu, «a ironia de o não estranharem». Com efeito, que alquimia converteu uma poesia, à primeira vista — e sobretudo, à segunda — pouco acessível, espelho sem reflexo dos jogos infinitos da emoção e da inteligência dela, em música íntima, em solilóquio obsessivo da nossa cultura? Porquê nos passamos a toda a largura da rua com os bolsos atulhados de frases de Pessoa? Porquê os seus poemas, os seus pensamentos, os seus paradoxos, a sua múltipla leitura do universo e da vida se tornou matriz e o código, não apenas dos nossos sonhos mais raros, como da prosa

triste da realidade? Em suma: como e porquê, Pessoa, se converteu num mito?

Ofuscadas por uma presença tão soberana, várias vozes, algumas de naturais candidatos à sua sucessão, se têm insurgido contra esta confiscação da nossa vida cultural pelo mito — Pessoa. Em vão. Como outros povos, também nós, gostamos de reis. Sobretudo, mortos. Fernando Pessoa, rei de si mesmo como poucos o foram — se é ser rei existir e sonhar, sentado num trono de melancolia — também gostava de «reis», meteóricos como Sidónio Pais ou loucos como o seu muito amado e fraterno Luís da Baviera. Do horripilante «objecto — fétiche» em que o desejamos converter, decerto gostaria menos. Ele suspeitaria que o incenso que o dilui é menos o fruto de uma convivência de propósitos e sonhos, que o milagre às avessas de uma devoção aos deuses que ele recusou.

Como pôde um Poeta que subverteu os fundamentos do nosso moderno lirismo efusivo e sentimental, o nosso coração a tiracolo, o nosso heroísmo de emenda por



Rei da nossa Baviera

conta de Camões, a nossa vida toda em diminutivos, ter-se convertido no ídolo que agora tem o seu nome? Diante de tanta e tão suspeita idolatria, um dos nossos mais conhecidos críticos sugeriu, em tempos, uma aproximação entre os destinos de Pessoa e de Guerra Junqueiro. Maneira graciosa de sugerir que a fama do primeiro não duraria mais que a do segundo. Nada mais arbitrário. Pessoa nunca foi e creio que nunca poderá ser bandeira poética de uma ideologia determinada, eco sonoro de combates políticos ou culturais de real importância mas sem mais alcance e fundura que a do tempo e da maneira que os formulava. A fama extraordinária de que Junqueiro gozou em vida, não tinha muito a ver com a espécie de combate de que a poesia é o lugar e o signo.

Lugar da morte do poeta e não dos monstros, reais ou fictícios, que ele se inventa para esquivar o único combate que merece esse nome, aquele que exige do poeta a palavra onde se inscreve o esplendor anónimo do mundo ou o seu enigma. Guerra Junqueiro fez sonhar a sua época, mas quase só de sonhos triviais ou óbvios. Bebeu a sua glória em vida. A de Pessoa cresceu na sombra, foi deslumbramento de poucos antes de se tornar nesta maré equinocial que nos perturba. O mito — Pessoa é a sombra inevitável do fantástico e justificado Pessoa — mito. É em nome deste que se pode e deve resistir à idolatria de que o primeiro é objecto.

Mito da existência discreta que se ofereceu a todas as sensações, a todos os sentimentos, a todas as ideias, a todos os fantasmas de um mundo em mutação vertiginosa e que voluntariamente se crucificou nas suas contradições, redimindo-as pela invenção de poemas, claros como uma fotografia. Desse modo cada um de nós as pode contemplar sem ser destruído por elas como ele o foi. Todos os poetas conferem aos sonhos ou pesadelos comuns a forma que os redime. Mas Pessoa insuflou nessa missão um suplemento sacrificial, tornando-se **ninguém** para que nós, «toda a gente», pudéssemos visitar a sua barca da melancolia sem reparar, como ele, que a paisagem é uma colecção de imagens sem sentido e a viagem perdida de antemão. Tudo isto, porém, justificaria apenas que o tomássemos pelo grande poeta romântico que não tivemos, um Antero de Quental um pouco mais moderno, por exemplo, ou um Teixeira de Pascoas menos difuso e não pelo criador da Modernidade poética, se é a ele, como parece, que devemos a metamorfose da ideia mesma de Poesia. Em que consiste, realmente, o seu estatuto mítico de poeta da Modernidade?

Uma poesia-outra

Pode discutir-se se Fernando Pessoa é ou não, com Camões, «o maior» poeta de língua portuguesa. O que é difícil é contestar que a sua poesia seja uma **poesia — outra**, a primeira, entre nós, que vive, ao mesmo tempo, da agonia da imagem do Poeta como criador soberano da sua poesia e da da Poesia como pura modulação do sentimento e da emoção espontâneas. Sentimentos, emoções e expressão «comunicavam» quando o Poeta se sentia não apenas um **eu inspirado**, mas um **eu eleito**, imaginando uma ponte directa entre as suas emoções e o verbo que as modula. Pessoa retirou essa ponte, fez desse exercício a sua **arte poética** e não há ninguém que leia a letra redonda no nosso país que não saiba de cor o famigerado «o poeta é um fingidor» etc., esquecendo, em geral, que essa arte poética significava para quem assim se exprimia o impossível sonho de uma **poesia sem fingimento**. Quer dizer, um contacto entre o homem e a sua verdade, ou antes, entre o homem e a Verdade — no plano das sensações, dos sentimentos, das emoções e das ideias — tão misterioso como o que une o animal à natureza e que, só a nós, seres conscientes, nos é vedado.

E por nos ser vedado somos, queiramo-lo ou não, **naturalmente infelizes**, infelizes por não sermos **naturais**, como o gato que brinca na rua como se fosse na cama. Ou então, **imaginariamente felizes**, como Caeiro, despidendo-se de si, palavras e ideias, para se deitar na erva quente da realidade. Este é o fundamento único da visão de Pessoa e parece impossível como uma visão, ao mesmo tempo tão desolada e tão intelectual, pôde servir de pedestal ao **mito - Pessoa**. Temos de concluir que tal visão, simples por complexa, encontra algum

eco na experiência humana comum para nos ter convertido em ouvintes emocionados de uma música que integra no seu ritmo a compaixão pela solidão das estrelas ou a nostalgia pelo pequeno navio que entra na barra do Tejo carregado dos nossos sonhos impossíveis de fundadores de Império. Na verdade, não é a solidão das estrelas, nem o barco anónimo, nem objecto algum, que importam ao poeta de **Tabacaria** ou da **Ode Marítima**, mas a ocasião que lhe oferecem de se descobrir, olhando-os, **ser consciente da sua própria finitude infinita**, prisioneiro do labirinto do Tempo.

Sempre a lírica se alimentou da nossa temporalidade, das folhas mortas e dos amores mais mortos do que elas. Mas na lírica clássica e ainda na romântica, o eu, o poeta e quem o lia iam na barca do Tempo para alguma espécie de porto. Deus, ou alguém por ele, esperavam-nos no fim para conferir sentido à viagem. A viagem de Pessoa, a nossa viagem em Pessoa é, desde o começo, a de alguém definitivamente perdido. Nem o princípio nem o fim nos são conhecidos mais que nos símbolos que de princípio e fim podemos conceber. Não estamos no Tempo, **somos Tempo**. Mas se o Tempo é, nós não somos ou somos como Pessoa se esforçou por imaginar que seria, se fosse Caeiro, Reis ou Campos. Nenhum poeta da Modernidade exprimiu como Pessoa esta absoluta perdição do sentido do nosso destino, enquanto **mundo moderno** e isto bastaria para que o autor da **Tabacaria** se tivesse convertido não apenas no mito que é para nós, mas numa das referências-chaves da Cultura contemporânea. De uma maneira ou de outra, o homem moderno compartilha desse sentimento de radical solidão e de absurdo que pouco a pouco emergiu com o processo de isolamento e de inumanidade da civilização actual. Era-lhe fácil reconhecer-se naquele que por nós todos desfraldou ao conjunto fictício das estrelas o esplendor nenhum da vida.

Ter dado uma figura espectacular ao sentimento absurdo da existência, por mais fundado que ele seja na consciência moderna, não basta para explicar o fascínio de Pessoa. Na realidade, essa missão, menos caramente paga que a de Antero ou do seu amigo Sá-Carneiro, seus precursores ou emulos em visão trágica da vida, não seria suficiente para o converter em «mito». Como o não foi, nem o podia ser, a invenção poética propriamente dita, esse «não sei quê» clássico que inspira o fascínio, em última análise, inexplicável, da autêntica poesia. A esse título, o seu amigo Sá-Carneiro e, sobretudo, o seu tão admirado Camilo Pessanha, representariam melhor o **puro poeta**, a assumpção misteriosa da palavra que comove pelo que nela há de mais vulnerável e inexprimível. Todavia, nenhum deles se converteu (ainda?) em presença avassaladora universal e quase anónima, nesse imenso delta onde tantos de nós, desde há meio século inscrevem as miragens mais raras ou decifram as mensagens mais ocultas, como se mergulhassem as mãos ao mesmo tempo no seu próprio espírito e no coração de uma época.

O sentimento da inexistência

É vão fingir que não sabemos que o «mito - Pessoa», tanto em si como no seu estatuto poético de amplitude hoje universal, repousa essencialmente na encenação prodigiosa a que Pessoa submeteu o seu radical sentimento de **inexistência**. Refiro-me à comédia dos Heterónimos, que tanta tinta — e raramente boa — tem feito correr. O célebre «drama em gente», a invenção dos **Pessoa - outros** destinados a cumprir pelo único que havia os sonhos de felicidade ou grandeza imaginárias que só de os pensar o destruíam, é o último acto de longo processo de dissolução do Eu inaugurado pelo Romantismo. Dos «dúpias» demoníacos de Hoffmann a Dostoiévski, dos pseudónimos de Kerkegaard às máscaras de Browning, até ao «je est un autre» de Rimbaud, é larga a lista dos que se viveram sem a salvadora crença que durante séculos nos incutiam como feitos à imagem de Deus e como ele, unos e virtualmente imortais. Mas também, de portas adentro, Pessoa foi o termo de um claro processo de «heteronimização» que tem as suas raízes em Garrett e já quase uma configuração pessoana em Eça de Queiroz (Fradique), sem esquecer, naturalmente, os «dois» Anteros que, em silêncio, devoraram o verdadeiro. A criação de Fradique Mendes e, sobretudo, o **espírito do seu retrato**, como personagem de alma múltipla, capaz de esposar com igual paixão e indiferença religiões, metafísicas, costumes alheios, perfeito «dandy» da verdade inacessível, anuncia e desenha já o espaço de um **heteronimismo cultural** de que Pessoa será, justamente, o mítico coroamento. Infelizmente para ele — e felizmente para a nossa antropofagia poética que do seu infortúnio se alimenta — Pessoa não era um «dandy», mas um empregado modesto, em pânico diante da vida real, defendendo-se dele pelo humor e pelo sonho. Dos dois

juntos, como túnica sem costura, é feita a muito humana comédia heteronímica, onde, como num «vaudeville» metafísico de nova espécie, cada personagem engana os outros e a si mesmo se engana fingindo-se quem não é. Já me esforcei, sem sucesso, por desembrulhar os fios de uma meada que por mais embrulhada para o lado de dentro me parece clara no seu enredo, na sua arquitectura e até na sua matéria e não vou aqui repetir um disco que se me gastou. Fernando Pessoa, criador único do seu próprio mito, chamou-lhe **drama em gente** e baptizando-o assim ficou aquém da verdade. Já o sabíamos há muito, sabemo-lo melhor depois da publicação de **O Livro do Desassossego**. Embora não altere, para quem o havia lido bem, nada de essencial, perturba grandemente a leitura mitológica do famoso «drama em gente», tal como foi feita, tomando demasiado à letra a versão de Pessoa sobre a sua própria comédia. Ou antes, explorando apenas alguns elementos dessa versão e não todos. É na luz, quase insuportável de masoquismo e autoflagelação, de **O Livro do Desassossego** que nós vemos, quase diria, tocamos, como, na verdade, a mítica criação de **Caeiro, Reis e Campos** foi (é) um **drama em gente**, duplicado por um drama de criação sem paralelo nos anais da literatura. Não se espere que eu confirme o célebre diagnóstico de **mistifi-**



cação, lavrado por quem, mais do que ninguém, contribuiu para o «mito - Pessoa», tal como se impôs no mundo e ao mundo. Refiro-me, naturalmente, a João Gaspar Simões que, desesperado diante de um processo criador de que não descobria o «sujeito» psicológico clássico, nem a necessidade, acabou por ceder à tentação.

A poesia que Caeiro, Reis e Campos não precisa de outro «sujeito» que o da voz «anónima», anónima como nenhuma outra da nossa tradição — por isso nos tocou tanto — que nele se fala e nos fala, tornando-nos imaginariamente felizes em Caeiro, indiferentes à felicidade ou infelicidade em Reis e impossivelmente felizes em Campos. Em todos e detrás de todos, está essa voz anónima que os inventou ou se inventou neles para suportar a sua vida real, o quotidiano atroz de que **O Livro do Desassossego** é o espelho sem ficção, ou tão pouca que é pior que nenhuma. Como Pessoa, aliás, o desejou um dia, a sua criação dos três reis magos a caminho de um Belém inexistente, foi só (é só) **ficção de interlúdio**, maneira para Fernando Pessoa de ter sido, num breve momento, futurista com Álvaro de Campos, romano e invulnerável à angústia com Ricardo Reis e divinamente grego, alegre ou triste como a Natureza, com Alberto Caeiro.

Tudo isto, para nos dizer, como ninguém o dissera antes, que Deus, o deus da nossa alma e da nossa cultura milenariamente cristãs, **estava morto** e, com ele, as crenças, os valores, as ilusões, a moral, a política de que era a suprema e materna sigla. Mas o que Pessoa compreendeu, antecipando-se a deduções futuras e óbvias, foi que essa **morte de Deus** era, ao mesmo tempo, como ensinava entre equívocos, Frederico Nietzsche, **morte do homem**, fim da ilusão humanista que imaginava ainda poder justificar, na perspectiva de uma ausência de **Sentido** transcendente para o universo e a História, os mesmos valores, as mesmas ilusões consoladoras, a mesma moral tranquilizante. **O Livro do Desassossego** mostra, até que ponto, o **modernista** Pessoa é o herdeiro directo e o mais coerente da Geração de 70 que disfarçara (com mais ou menos graça) o

caos do espírito e da alma em que a lançara o contacto abrupto com a cultura moderna da Europa e o seu balanço impiedoso de todas as carências portuguesas.

Um contra-senso duradouro, apoiado por uma leitura orientada de **Mensagem**, velou uma evidência que alguns, como Mário Sacramento e Jacinto Prado Coelho explicitaram, embora em termos de excessiva negatividade. No sentido mais cru do termo, Fernando Pessoa é o poeta da Depressão — histórica, psicológica, metafísica e psiquiátrica — que teve no Simbolismo de que é, em última análise, com Mallarmé e Pessanha, a única expressão genial, a sua versão poética. Os manuais ensinam-nos e não é errado, que a poesia simbolista representou a tentativa de roubar à música os seus poderes. Sem dúvida, mas essa música era já «poesia» ou se se preferir, **poética da Depressão absoluta que assolou a cultura do Ocidente desde os meados do século XIX até aos princípios do século XX**. Havia em Portugal grandes razões para que a nossa cultura do fim de século mergulhasse no nevoeiro simbolista como as gaivotas na bruma. Acima das gaivotas, Pessoa, águia real que não se resignou ao nevoeiro, procurando entre destroços o antigo navio que nos levasse às Índias. Ele sabia, toda a gente sabia, que não havia nenhum. Nunca a cultura portuguesa e a vida portuguesa — no círculo da sua «intelligentsia» — cultivara uma vertigem mais soa e tão intensa. Historicamente humilhada pelo «Ultimatum», economicamente frágil, politicamente doente mas contenta com sê-lo, o Portugal dos começos do século esperava da «República» uma nova vida. Para alguns o foi, para a nação profunda apenas sol de pouca dura.

Encontro com Portugal

Ninguém como Pessoa, que nos chegava de longe, sonhando-se e sonhando-nos, viveu o seu encontro com Portugal com tanta exaltação e ao mesmo tempo com tanta consciência da imobilidade e do marasmo da nossa existência colectiva. Como ser o Camões de um Império extinto, o D. Sebastião de um futuro improvável e necessário para sair de um abismo mais fundo que o da antiga vil tristeza? De um abismo universal e não apenas caseiro como a Geração de 70 o supusera? Como conseguiu quando em si mesmo se aboliram as fronteiras entre o real e o sonho, como salvar os outros quando se é a mais perdida, solitária e desamparada das criaturas? Descendo, como um Dante sem Deus, nem Beatriz, o inferno acessível do homem moderno, escrevendo o inventário do absurdo como se fosse natural e do natural como se fosse absurdo. Foi o que ele fez inventando-se o Pessoa que hoje contemplamos como mais real que o verdadeiro, o Pessoa — Caeiro, o Pessoa — Campos e até o Pessoa — Reis, irmão quase gêmeo daquele outro adolescente abúlico — e perpétuo — que Pessoa teve de vencer para se tornar em quem hoje nos é: o **criador de um novo olhar poético**, o inventor do sorriso no meio do desastre, do sentido imaginário no interior do sem sentido absoluto e do naufrágio.

António Nobre inventara já o humor para se salvar da sua pequena morte, e inventando o descobri-la o olhar infantil como redentor do seu não menos pequeno mundo. Dessa descoberta, Pessoa, que muito o amou, comporá um jogo para a criança maior, a Eterna Criança do VIII poema de «O Guardador de Rebanhos». O humor poético e metafísico não é o da ironia de Eça, humor sobre ou à custa do «outro». É o olhar de um deus triste sobre si mesmo, sorriso de Daniel na cova dos leões. Este «olhar frio» pousado sobre a vida separa a poesia de Pessoa de toda a poesia portuguesa não camoniana, poesia de lirismo imediato. É a tradução da consciência aguda de que a **verdade** nos está vedada, que o nosso destino é ignorá-la sem que possamos abdicar de nós nem da vida:

Nasce um deus, outros morrem. A verdade nem veio nem se foi. O erro mudou.

É esta **poética da indiferença** que a pluma quotidiana de Bernardo Soares eleva ao nível de uma epopeia nihilista: «Sobrevivo nulo no fundo de toda a expressão como um pó indissolúvel no fundo do copo de onde se bebeu só a água. Escrevo a minha literatura como escrevo os meus lançamentos — com cuidado e indiferença.» Foi esta indiferença, este olhar que lhe permitiu, poeticamente, transformar o seu sentimento e visão do mundo como **puro sonho**. Em suma que lhe permitiu converter-se de poeta ultra-simbolista de **Os Passos da Cruz** em autor de **O Guardador de Rebanhos** e da **Ode Marítima**, fundando com tais poemas, a Modernidade e o seu mito que são hoje, para nós, o mito — Pessoa. Sem esse humor como indiferença no interior da tragédia, Pessoa não seria Pessoa, aquele que conduziu por nós a «carroça de tudo (da Modernidade) pela estrada de nada.» Teria sido apenas (e já era muito) o super-Antero dos mágicos sonetos como aquele que começa:



Súbita mão de algum fantasma oculto
Entre as dobras da noite e do meu sono
Sacode-me e eu acordo, e no abandono
Da noite não exergo gesto ou vulto

e termina:

Sinto que sou ninguém salvo uma sombra
De um vulto que não vejo e que me assombra
E em nada existo como a treva fria.

Teria sido também aquele que:

Emissário de um rei desconhecido
cumpr(e) informes instruções de Além

ou o invocador do imponderável acordo de
harpa da sua original sensibilidade de simbo-
lista, pré-rafaelista, nunca extinta:

Ó tocadora de harpa se eu beijasse
Teu gesto sem beijar tuas mãos

mas não teria sido o poeta do real quotidiano, da trivialidade metafísica, o hoje banalizado autor que inscreveu na dobrada fria à moda do Porto o seu gelo erótico e a sua solidão, ou na evocação de um aniversário lisboeta o perfume de todas as coisas vivas que ardem no tempo ou dessa morte no interior da vida que chamamos esquecimento. Cesário ensinara-lhe a tomar nas mãos a realidade quotidiana, trivial, mas o olhar de Cesário, aureolado embora com o cheiro a maresia detém-se no ângulo do que avista. Pessoa buscava uma resposta para a questão, para o «mistério» mesmo da Realidade, uma leitura para o caos das aparências. Ninguém ignora que o seu encontro com Walt Whitman, o cantor das *Folhas de Erva* lhe revelou, enfim, uma poesia para a qual não só o mundo exterior existe, mas para a qual esse modo de existir é o da própria transcendência. Impossível conceber uma visão das coisas e do mundo mais apostas que a de Walt Whitman e a do Pessoa simbolista. Toda a energia, todo o optimismo da jovem América lincolniana se fez canto sob a pluma de Walt Whitman. A realidade é a soma das suas aparências, cada ser, cada existência, cada forma é uma nota da imensa, caótica, contraditória e irresistível torrente da Vida. Como Pessoa era o predestinado poeta da Depressão da alma europeia e, em particular, da nossa, Walt Whitman era o poeta da Diferença, da exaltação do indivíduo na sua particularidade divina. Do choque com esta visão tumultuosa surgiu Alberto Caeiro e, em seguida, os seus dois sócios míticos, Campos e Reis. Com Whitman aprendeu Pessoa a poética da Diferença como signo do real, acrescentando-lhe apenas o seu toque masoquista específico, eco da sua nunca apagada iniciação simbolista. É aquilo que se recorta como o mais humilde, o mais incógnito, o menos dourado pela história, pelo saber que será a seus olhos o mais real, o mais valioso:

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela
[minha aldeia.
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre
[pela minha aldeia.
Porque o Tejo não é o rio que corre pela
[minha aldeia.
O rio da minha aldeia não faz pensar
[em nada.
Quem está ao pé dele está só ao pé dele.

Assim a antiga alma — a única alma — de Pessoa, o autêntico sentimento da sua vida que foi o de a não ter como toda a gente a tem ou imaginar ter, se infiltra na visão épica e democrática de W. Whitman para a desviar da estrada larga do cantor americano e o reconduzir à pequena casa na colina de Alberto Caeiro, aparentemente feliz por ter descoberto que:

O que nós vemos das coisas são as coisas
e que por isso

O essencial é saber ver,
Saber ver sem estar a pensar
Saber ver quando se vê
E nem pensar quando se vê
Nem ver quando se pensa.

Prosa luminosamente suicidária

Para se curar da sua tristeza de ser consciente, Fernando Pessoa, com a ajuda de Whitman, se sonhou Caeiro. O mundo existe, a realidade é o que vemos, tocamos e cheiramos, tudo o mais são falsos pensamentos de filósofos e filosofias doentes. Decadentes, como diria o seu mestre Nietzsche. Pareceria assim que de novo o sentido da Realidade, a alegria das coisas exteriores, a aceitação do presente na sua diversidade e contradição infinitas, punham um termo ao deprimente reinado do Sonho, ao pessimismo, à tristeza, à era da Decepção. Caeiro é a nossa reconciliação com o universo, o regresso à idade idílica da harmonia com a Natureza que, aliás, não é idílica. Na verdade, Caeiro é o mero Sonho desse Sonho. Nós não podemos recuperar a alma grega que o cristianismo corroeu sem remédio. Não podemos ser pagãos sem inocência. Caeiro não é uma saída verdadeira do labirinto do Tempo, o nada vivo em que estamos, como Pessoa o visiona. É uma porta pintada para nos fazer crer que tocamos com mãos de vida e não de sombra o autêntico real. Foi com a invenção — Caeiro que Pessoa ascendeu à sua vida duplamente mítica e é com os versos de Caeiro e dos seus companheiros de ficção que o mito-Pessoa se tornou o símbolo da Modernidade se, por modernidade, se entender a redenção pelo humor da vivência do Absurdo e da Perdição da existência humana em busca de si mesma. Contudo, Pessoa-Caeiro não quebrou o círculo simbolista da Decepção senão pagando por ele um preço excessivo, transmutando (em ficção) a consciência infeliz em felicidade inconsciente.

Caeiro, Campos, Reis, não são mais que sonhos diversos, maneiras diferentes de fingir que é possível descobrir um sentido para a nossa existência, saber quem somos, imaginar que conhecemos o caminho e adivinhamos o destino que vida e história nos fabricam. Ter sonhado esses sonhos não libertou Pessoa da sua solidão e da sua tristeza. Mas ajudou-nos a perceber que somos como ele, puros mutantes, descolando para formas inéditas de vida, para viagens ainda sem itinerário. Com Caeiro fingimos que somos eternos, com Campos regressamos dos impossíveis sonhos imperiais para a aventura labiríntica do quotidiano moderno, com Reis encolhemos os ombros diante do Destino, compreendemos que o Fado não é uma canção triste mas a Tristeza feita verbo e com Mensagem sonhamos uma pátria de sonho para redimir a verdadeira.

Quem sonhou todas estas ficções foi o passeante da Rua dos Douradores, um homem triste por não existir como se sonhava, irmão gêmeo por dentro de Luís da Baviera, prisioneiro como ele de idênticos fantasmas. Enquanto se inventava poeta e nos sonhava mais angustiados do que somos, mais perdidos do que ele se sentia, mais tristes do que ele era, ia escrevendo como quem transcreve o sonho que o está sonhando, o livro do seu Desassossego. Não há na nossa literatura prosa mais luminosamente suicidária. Aí se despe da sua própria ficção oferecendo-se sem resguardas como órfão de tudo, excluído voluntário dos outros e da vida, sonhador de todos os sonhos, sobretudo dos improváveis. Já adivinháramos o segredo da sua vida, a fonte turva do seu génio de ímpar claridade. Mas aí dá-nos-la a ver, menos como quem se confessa do que como quem agoniza. A única coroa que reivindica é a do Sonho puro. «Eu nunca fiz senão sonhar. Tem sido esse, e esse apenas, o sentido da minha vida.» A obra de Pessoa é uma sinfonia de uma só nota destinada a cobrir o outro lado do sonho que é para ele a Morte. Por isso, a mais do que ninguém do que a Luís de Baviera se assimilou Pessoa, como ele, rei da nossa própria Baviera do sonho. O Livro do Desassossego desarticula todas as ficções que o separaram em vão do único amor que o habitou, herói de Wagner sem legenda, o da própria Morte. É à luz, agora soberana, do Livro do Desassossego que todo o texto — falsamente plural — de Fernando Pessoa deve ser lido. Aí está o retábulo da sua vida e incruenta paixão. É um retábulo simbolista pouco conforme ao mito — Pessoa de um vanguardismo estridente e todo exterior, mas talvez esse mito não seja mais do nosso engano que da sua verdade. Toda a sua vida foi simbolista. Nem há na literatura do Ocidente mais completa expressão do Simbolismo. O Modernismo foi a sua e nossa ficção. Devolvamo-lo para terminar, à sua verdade — ficção, à sua dolorosa realidade de amante da Morte, de herói da impossibilidade de amar como o seu duplo e não menos wagneriano Luís Segundo Rei da Baviera:

«Teu amor pelas cousas sonhadas era o teu desprezo pelas coisas vividas.

Rei — Virgem que desprezaste o amor,
Rei — Sombra que desdenhaste a luz,
Rei — Sonho que não quiseste a vida!

Entre o estrépito surdo de címbalos e ataba-
les, a Sombra te proclama Imperador!» ■

Dados biográficos/1 Anos da vida dele

1888

Fernando António Nogueira Pessoa nasce a 13 de Junho, às 3.20 da tarde, no quarto andar esquerdo do n.º 4 do Largo de São Carlos em Lisboa. São seus pais Maria Magdalena Pinheiro Nogueira, natural da ilha Terceira, nos Açores, de vinte e seis anos, e Joaquim de Seabra Pessoa, natural de Lisboa, de trinta e oito anos, funcionário público no Ministério da Justiça e crítico musical do «Diário de Notícias». Com eles vivem a avó paterna, Dionísia, doente mental, e duas criadas velhas, Joana e Emília. A 21 de Julho é baptizado na Igreja dos Mártires. São seus padrinhos a tia Anica, irmã da mãe, e o general Chaby.

1893

Em Janeiro nasce o seu irmão Jorge. Em Julho, Joaquim de Seabra Pessoa morre tuberculoso em Lisboa. A família, depois de leiloar uma parte dos seus haveres, muda-se para a Rua de São Marçal, n.º 104, 3.º.

1894

Em Janeiro morre o seu irmão Jorge. Neste período Fernando Pessoa cria o seu primeiro heterónimo, o Chevalier de Pas.

1895

A sua primeira poesia, a quadra *À minha querida mamã*, tem a data de 26 de Julho.

Em Dezembro a mãe casa por procuração, na Igreja de São Mamede em Lisboa, com o comandante João Miguel Rosa, cônsul de Portugal em Durban, na colónia inglesa do Natal.

1896

Em Janeiro parte com sua mãe e um tio-avô com destino a Durban (viajam no navio *Funchal* até à Madeira e depois no paquete inglês *Hawarden Castle* até ao cabo da Boa Esperança).

Em Outubro nasce a sua irmã Henriqueta Madalena.

1897

Faz a instrução primária na escola de freiras irlandesas da West Street (alcança a equivalência de cinco anos lectivos em apenas três). No mesmo Instituto faz a primeira comunhão.

1898

Nasce em Outubro a sua irmã Madalena Henriqueta.

1899

Em Abril ingressa na Durban High School onde permanecerá durante três anos, revelando-se um dos melhores alunos do seu curso. Provável influência na sua formação da figura carismática do director do liceu, o Headmaster W. H. Nicholas, grande humanista, professor de Latim e profundo conhecedor da literatura inglesa.

Cria o heterónimo Alexander Search.

1900

Em Janeiro nasce o seu irmão Luís Miguel.

1901

Em Junho é aprovado com distinção no seu primeiro exame, o «Cape School Hig-



her Certificate Examination». Neste mês morre a sua irmã Madalena Henriqueta.

Primeiras poesias em inglês.

Em Agosto parte com a família para Portugal em viagem de férias. No mesmo barco (o paquete alemão *König*) segue o corpo da irmã falecida.

1902

Em Janeiro nasce, em Lisboa, o seu irmão João Maria.

Em Maio visita com a mãe, o padrasto e os irmãos, a ilha Terceira, nos Açores, onde vive a família materna. Escreve a poesia *Quando ela passa*.

Em Junho regressam a Durban a mãe, o padrasto, os irmãos e a criada Paciência que viera com eles.

Em Setembro Fernando Pessoa volta sozinho para a África do Sul no vapor alemão *Herzog*.

Matricula-se na Commercial School. Tenta escrever romances em inglês.

1903

Frequenta o curso nocturno da Commercial School; contemporaneamente, durante o dia, prepara-se nas disciplinas humanísticas para o exame de admissão à Universidade.

Em Novembro faz o exame de admissão à Universidade do Cabo da Boa Esperança («Matriculation Examination»). Obtém uma classificação relativamente baixa, mas é-lhe conferido, entre 899 candidatos, o prestigioso prémio «Queen Victoria Memorial Prize» pelo melhor ensaio de estilo inglês.



1904

Ingressa novamente na Durban High School, à testa da qual continua o Headmaster Nicholas. Frequenta a Form VI (correspondente ao primeiro ano de um curso universitário). Lê Shakespeare, Milton, Byron, Shelley, Keats, Tennyson e Poe. Interessa-se por Carlyle. Aprofunda a sua cultura clássica.

Escreve poesia e prosa em inglês. Surgem os heterónimos Charles Robert Anon e H. M. F. Lecher.

Em Agosto nasce a sua irmã Maria Clara.

Em Dezembro publica no jornal do liceu o ensaio intitulado *Macaulay*. Faz o «Intermediate Examination in Arts» na Universidade do Cabo, obtendo bons resultados. Com este exame terminam os estudos na África do Sul.

1905

Em Agosto parte sozinho e definitivamente para Lisboa, a bordo do vapor alemão *Herzo*.

Em Lisboa fica algum tempo em casa da tia-avó Maria Cunha, em Pedrouços, e depois vai viver com a tia Anica, irmã da mãe, e seus filhos, na Rua de São Bento, n.º 19, 2.º Esq.º.

Continua a escrever poesia em inglês.

1906

Matricula-se no Curso Superior de Letras.

Em Outubro a mãe e o padrasto voltam a Lisboa de férias e Fernando vai viver com eles e seus irmãos na Calçada da Estrela, n.º 100, 1.º. Em Dezembro morre, em Lisboa, a sua irmã Maria Clara.

1907

Tendo a família regressado a Durban, vai viver com a avó Dionísia e duas tias-avós maternas na Rua da Bela Vista à Lapa, n.º 17, 1.º.

Desiste do Curso Superior de Letras.

